

A FUNÇÃO SOCIAL DA AUDITORIA

A Auditoria guarda para a Contabilidade a mesma relação que a Probabilidade para a Estatística.

CC (IM)

JOÃO METELLO DE MATTOS

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Para melhor compreensão do campo de ação da auditoria externa faremos a revisão de alguns conceitos e relações básicas.

Conceitos e Relações Básicas

A Contabilidade e a Estatística são duas ciências que utilizam métodos quantitativos, segundo leis e princípios próprios, para representar tabular ou gráficamente, através de números, o estado de riqueza de uma economia em seu todo ou de uma azienda.

Fayol enquadrou a Contabilidade entre as seis operações administrativas fundamentais emitindo a êsse respeito os seguintes conceitos:

“É o órgão visual das empresas. Deve permitir que se saiba a todo instante onde estamos e para onde vamos. Deve fornecer sobre a situação econômica da empresa ensinamentos exatos, claros e precisos. Uma boa Contabilidade, simples e clara, fornecendo uma idéia exata das condições da empresa é um poderoso meio de direção”.

A Contabilidade é a ciência que estuda o patrimônio à disposição

das aziendeas, em seus aspectos estático e dinâmico e em suas variações, para enunciar, por meio de fórmulas racionalmente deduzidas, os efeitos da administração sobre a formação e a distribuição dos créditos.

Azienda é um patrimônio em movimento, sofrendo variações aumentativas, diminutivas ou específicas, geradas do trabalho humano, desenvolvido sobre os elementos que o formam, sob a direção da administração.

A azienda é constituída pelo patrimônio, trabalho e administração.

A ciência econômica abrange o estudo, buscando o conhecimento e a explicação da produção, repartição, circulação e consumo da riqueza.

A ciência estatística é a parte da matemática aplicada que se ocupa em obter conclusões a partir dos dados observados. O conjunto parcial sobre o qual fazemos observações denomina-se amostra, e o conjunto global, sobre o qual desejamos chegar a conclusões denomina-se população ou universo.

A população pode ser finita ou infinita.

Quando estudamos a Economia Política vamos encontrar dois campos diversos, de observação e metodologia:

É a macroeconomia e a microeconomia.

A macro-economia é o estudo do complexo das unidades econômicas formando um todo.

A macroeconomia é o estudo analítico da produção e do consumo, tendo por objeto, respectivamente, a unidade de produção e a unidade de consumo, ou seja, a empresa e o homem.

Não se pode proceder aos estudos de macroeconomia, que dizem respeito ao sistema econômico em seu conjunto, se não se conhece bem o comportamento das unidades econômicas isoladas.

A ciência estatística fornece os instrumentos de pesquisa necessários à explicação do funcionamento da economia como um todo. Fornece os parâmetros necessários ao estudo da macroeconomia. É o conhecimento da população de unidades produtoras, da população das unidades consumidoras e de suas tendências, num dado momento.

É por meio das informações obtidas pela ciência estatística que os economistas terão os elementos suficientes e necessários para armar um quadro representativo da macroeconomia.

— A ciência contábil fornece os instrumentos necessários à explicação do funcionamento da unidade econômica específica.

A contabilidade fornece os dados necessários ao estudo da gestão das unidades econômicas, assim entendidas as aziendas, em seu sentido geral, sejam públicas

ou privadas, tenham fins sociais ou econômicos.

É a contabilidade que nos permite armar o quadro representativo da riqueza apropriada, à unidade econômica privada e ao próprio Estado, e de suas tendências, num dado momento.

É por meio das informações obtidas pela ciência contábil que os economistas e administradores terão os elementos suficientes e necessários para aferir da situação econômica, própria do campo de estudo da microeconomia.

É através dos métodos contábeis que o administrador se vale para aferir do resultado de sua gestão, modificando as políticas adotadas de forma a atingir os objetivos desejados.

Auditoria Externa

Com o advento da concentração de capitais, resultante da industrialização e da produção em massa, surgiram as unidades econômicas sob a forma de: grandes empresas, de sociedades anônimas, de economia mista, estatais, coletivas, como é o caso das cooperativas, todas apresentando uma característica comum: seus dirigentes são distintos das pessoas de seus proprietários.

Surgiu, então, um problema novo, como garantir ao interesse social e patrimônio daqueles muitos pequenos proprietários, detentores de ações, acionistas de sociedades anônimas, cooperativas e contribuintes, no caso das empresas estatais, onde seus administradores, distintos de seus proprietários exercem uma direção delegada, precisam ter seus direi-

tos e patrimônios devidamente resguardados.

No caso de economia ainda pouco desenvolvida, ou de uma unidade econômica primária, os proprietários e os administradores se confundem numa mesma pessoa física. Nessa situação uma contabilidade incorreta, mascara a verdadeira situação patrimonial da unidade econômica, no entanto seu reflexo no grupo social onde atua a empresa são apenas indiretos.

Com efeito uma contabilidade falha, incorreta e fraudulenta, numa empresa individual, estará em primeiro lugar e de forma direta atingindo e prejudicando ao proprietário e administrador dessa empresa, que voluntariamente, consciente ou não, está se privando de um dos instrumentos mais necessários à aferição dos resultados de sua gestão.

Não dando a devida atenção a contabilidade estará se privando das informações que se retiram dos balanços e demonstrativos. Será forçado a tomar decisões, sem o conhecimento completo da realidade que somente os registros sistematizados podem fornecer.

Os principais prejudicados numa empresa primária pela falta de cumprimento das regras contábeis, são os seus proprietários que por não terem noção precisa de seus custos, não confiam nos resultados apresentados ao fim do exercício. Está o campo aberto à desconfiança e ao conflito entre os sócios.

Não há dúvida que esse tipo de falha na utilização da ciência contábil atinge em primeiro lugar os proprietários, mas também, não resta dúvida que em se-

gundo lugar e de forma indireta, atinge e prejudica a própria sociedade, onde a empresa atua, através da inexatidão do recolhimento de impostos e contribuições previdenciárias. No seu conjunto essas empresas representam um custo social elevado para a produção que oferecem.

Vejamos o que ocorre com a grande empresa:

O efeito da não observância das regras contábeis tem uma repercussão multiplicada, porque no capital das grandes empresas se encontra o resultado da poupança popular.

A grande empresa representa em parte significativa o resultado do investimento de muitos, adquirentes dos títulos mobiliários, que em pequenas parcelas ajudaram a construir o todo.

Os milhares de proprietários da grande empresa têm apenas um meio de avaliar o resultado da administração delegada que confiaram aos Diretores: o exame do balanço e prestação de contas da Diretoria.

Mas, surge o problema: serão os resultados fidedignos representam realmente a situação patrimonial? expressam por inteiro o resultado da gestão?

A enorme influência da grande empresa sobre a economia social, as repercussões que encerra sua atividade, tornaram necessário o aparecimento do auditor externo, também conhecido como Contador público.

Com efeito, sendo impossível a cada acionista ou quotista social proceder a uma verificação permanente, ou mesmo periódica e sistemática, sobre livros de escrituração, balanços e demais con-

tas de gestões dos mandatários, somente pela auditoria externa, realizada por técnicos especializados e legalmente habilitados, poderá o pequeno investidor obter a certeza de uma delegação corretamente desempenhada.

O contador público, colocado em posição equidistante das partes interessadas, e fazendo prevalecer em seus trabalhos, tão somente o critério profissional condizente com o objetivo da revisão, é o instrumento mais adequado à prevenção, testificação e repressão de erros e fraudes da contabilidade.

O auditor externo transforma-se num dos fatores da segurança dos investimentos.

É uma força coercitiva, ao mesmo tempo moral e técnica, que impele os responsáveis à honestidade e à eficiência administrativa no trato da coisa alheia.

E nisso está o alcance social da auditoria, garantindo a paz social, através da correção e segurança que impõe ao uso da poupança alheia (economia popular), possibilitando o clima necessário ao desenvolvimento da economia.

Assim como das estatísticas se infere a situação da macroeconomia e das relações contábeis, se infere a situação da microeconomia; a veracidade dessas informações está em relação direta com o nível de segurança probabilista, no primeiro caso, e com o nível do trabalho da auditoria executado, no segundo caso.

Ambas precisam ser representativas: as estatísticas dos parâmetros que caracterizam a população; o balanço patrimonial e econômico da azienda que dimensionam e caracterizam

Em conclusão: A auditoria é uma avaliação do grau de fidelidade e exatidão com que uma demonstração contábil representa a situação de riqueza de uma azienda.

Regulamentação e Registro

O alto interesse social do serviço de auditoria foi reconhecido pelo Banco Central da República do Brasil que através da Resolução n.º 7 regulamentou o exercício da função de auditor independente, em decorrência de deliberação do Conselho Monetário Nacional, em sessão de 9 de setembro de 1965.

Naquelas resoluções, o Conselho Monetário Nacional fixa as condições necessárias ao registro entre outras:

- a) ser bacharel em Ciências Contábeis, registrado no Conselho Regional de Contabilidade;
- b) ter 5 anos de exercício profissional; e
- c) sujeitar-se à fiscalização do Banco Central.

Normas e Auditoria

No Brasil, à semelhança do que ocorre em outros países mais desenvolvidos, caminha-se para adoção de normas padrões, para a execução dos serviços de auditoria externa.

Na Inglaterra tais normas são elaboradas e publicadas pelo "Institute of Chartered Accountants in England and Wales". Nos Estados Unidos, outra importante associação tem a seu cargo essas normas, é o "American Institute of Accountants" que fez publicar

inúmeros regulamentos. Entre nós, essa função vem sendo preenchida pioneiramente pelo Instituto dos Contadores Públicos do Brasil, sediado em São Paulo à Rua Antônio de Godoi, n.º 88, que publicou, em novembro de 1966, o conjunto de "Normas de Auditoria".

Forma de Apresentação

A forma de apresentação dos resultados dos trabalhos de auditoria, é expressa em um Parecer, cujos termos encontram-se também padronizados pelo

Instituto dos Contadores Públicos do Brasil.

Conclusão

O parecer de um auditor independente, aposto em um balanço de prestação de contas representa uma segurança para o investidor, e é um incentivo às poupanças.

A auditoria representa uma garantia, necessária à manutenção do clima de confiança, indispensável ao crescimento da atividade econômica, à taxa exigida, para a melhoria das condições de vida da nação brasileira.